



**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

DATA: 02/05/2007

HORÁRIO: 13:30 às 17:30

LOCAL: SETP – Curitiba

Participantes

Membros:

SETP	COGEMAS
Denise R. Arruda Colin	Adilson José dos Santos
Ironi do Rocio Vieira de Camargo	Dione Terezinha Kniphoff
Jucimeri Isolda Silveira	Márcia Mazzarotto
Renata Mareziuzek dos Santos	Neuza Heuko Swarowski
Solange Fernandes	Suzie A. Pucillo Zanatta
Carmem Cristina Zadra	Luis Aperecido Roncon

Representantes da Secretaria Técnica:

Cristina de Fátima Lima
Kellen Cristina Dalcin
Maria Leonor L. Zanella
Rosely Lemos

Convidados:

Ana Paula Gonçalves
Elisangela Aparecida Jomba
Gabriela Luciano
Gandura Bordignon Scandelari de Oliveira
Neusa Aparecida Bonapace
Odelita Herbst
Rafael G. Carmona
Sandra C.K. Busnello
Simone Aparecida Queizi
Simone B. Ferrari
Vanda B. Soares

Pauta de reunião ordinária

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião extraordinária da CIB de 30/03/2007, e análise do processo de monitoramento e avaliação realizado nos municípios;
- Apreciação do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual;
- Benefícios Eventuais: discussão das diretrizes que orientarão a regulamentação no estado, e constituição de uma Câmara Técnica para análise dos dados levantados junto aos municípios, SETP e SESA;
- Aprovação da memória da reunião da CIB de 27/02/2007;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Análise da defesa do processo de desabilitação do município de Salto do Itararé;
- Aprovação da memória da Câmara Técnica de elaboração do manual/guia de orientação sobre o processo de habilitação municipal à gestão do SUAS, e avaliação do material elaborado pelos participantes da Câmara;
- Relatório de Gestão e Plano Municipal de Assistência Social, instrumentos de Gestão do Estado do Paraná.

Informes:

- Composição da CIB/PR;
- Capacitação aos técnicos dos Escritórios Regionais e municípios sobre o PETI (26 - 28 de março; 16 - 18 de maio);
- Reuniões Macro Regionais : Londrina, Cascavel e Curitiba;
- Reunião Descentralizada CNAS.

Aprovação da Pauta da Reunião:

A coordenadora da CIB/PR Denise Colin agradece a presença de todos, confirmando o quorum mínimo, e sugere alteração na pauta a fim de que o segundo ponto a ser discutido na reunião seja a apreciação do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual, e em seguida, a discussão sobre os benefícios eventuais.

Denise questiona se há algum ponto de pauta a ser incluído, revisado ou retirado. Os representantes presentes não indicam nenhuma alteração e, portanto, a pauta é aprovada.

Aprovação da Memória da Reunião da CIB de 30/03/2007:

Márcia Mazzarotto, membro da CIB representando o COGEMAS, lembra que a memória da reunião do dia 30/03/2007, não foi encaminhada para os membros para apreciação. Kellen Cristina Dalcin, Secretária Técnica da CIB, informa que devido à realização das reuniões Macro Regionais, reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social, e demais atividades internas da SETP, não houve tempo hábil para o envio da memória.

A coordenadora Denise Colin sugere que a memória fosse encaminhada para os membros e que os mesmos apresentassem suas sugestões e/ou alterações até o dia 11 de maio.

Denise Colin explica que após apreciar preliminarmente a memória, observou que os prazos estabelecidos para reordenamento das questões / problemas / dificuldades indicadas no monitoramento deverão ser revistos, para que possam efetivamente serem cumpridos. Sugere que com relação ao prazo de orientação de aprimoramentos nos conselhos tutelares, o prazo seja ampliado de seis meses para um ano, tendo em vista a necessidade de alteração de lei.

Além disso, a coordenadora informa que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS iniciará a discussão sobre a política de monitoramento e avaliação, inclusive do estágio de funcionamento dos CRAS em todo o país, inclusive com definição de prazos para reordenamentos. Denise pondera, portanto, que deve haver reavaliação dos prazos pactuados

na CIB para que não haja prejuízo aos municípios paranaenses, e portanto, o mais aconselhável seria padronizar o prazo estadual com o nacional.

Jucimeri Isolda Silveira, membro da CIB representando a SETP, diz que no período em que se deu início ao processo de implantação do SUAS, ocorreu uma “corrida” para a habilitação dos municípios para a aquisição de recursos do estado. Complementa dizendo que o ideal seria que esses municípios recebessem orientações a respeito do processo de habilitação e que os prazos fossem ampliados.

Ela sugere que os membros exponham propostas de encaminhamento para que, em seguida, haja votação sobre o procedimento a ser aprovado. Três propostas foram levantadas: a primeira sugestão seria manter os encaminhamentos pactuados na reunião extraordinária de 30 de março; a segunda seria pela ampliação dos prazos para um ano porém, com a manutenção dos três meses para os municípios habilitados na regra de transição; e a terceira proposta seria a padronização de todos os prazos para um ano e que aguarde-se encaminhamento coordenado pelo MDS com relação aos prazos, mantendo-se o envio dos ofícios de apontamento dos problemas com orientação de readequação aos municípios.

As opções foram colocadas para votação dos membros da CIB. Márcia Mazzarotto votou na primeira proposta, e Adilson José dos Santos e Suzie A. Pucillo Zanatta votaram na segunda proposta. A terceira proposta foi a mais votada e, portanto, o encaminhamento será *“a padronização de todos os prazos para um ano e que aguarde-se o encaminhamento coordenado pelo MDS com relação aos prazos, mantendo-se o envio dos ofícios”*, pelo voto favorável de Dione Terezinha Kniphoff, Solange Fernandes, Jucimeri Isolda, Luis Aparecido Roncon e Denise Colin. Ironi Camargo, absteve-se da votação.

Apreciação do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual:

Denise Colin inicia a apresentação do Pacto afirmando que para a elaboração do mesmo não havia orientação da CIT ou do MDS com relação ao seu esboço, estrutura, e o conteúdo, apenas existia a resolução n.º 005/06-CIT, com as prioridades nacionais pactuadas na CIT.

Por conta das pressões dos estados e as alterações nas equipes técnicas das novas gestões estaduais, o Ministério convocou um seminário e discutiu a estrutura do Pacto, o qual foi adotado como referência pelo NUCLEAS para elaboração deste material.

O primeiro ponto apresentado foi o *Diagnóstico Sócio-Territorial* que aborda os indicadores e um estudo de todas as regiões do Estado do Paraná em relação à política de assistência social, com dados importantes para se pensar na estruturação da política. Essas informações foram baseadas nos indicadores do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, que tomam como base o censo do IBGE e três publicações: o mapa da pobreza, a análise das regiões, e um documento denominado “Os Vários Paraná”, publicado no ano de 2007.

Esse documento apresenta um dado preocupante: dos 399 municípios, 371 (quase 80%) vivem dos fundos de participação do município e não teriam capacidade de gestão e arrecadação. Denise sugere que nesses municípios, de pequeno porte I e II, deve-se reforçar a política como também a necessidade de investimentos continuado para a estruturação dos sistemas municipais.

A seguir foi apresentado o *Diagnóstico Situacional do Órgão Gestor Estadual* que aponta de que forma o órgão gestor estadual está estruturado atualmente, e a proposta de *Reordenamento Institucional e Programático da Secretaria*. A coordenadora explica que ele ainda não foi apreciado pela Assembléia porque está sendo analisado internamente pela Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL. Ela afirma que foram apresentadas propostas de nova denominação da Secretaria: “Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETA”, ou “Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETD”. Será realizado também um desmembramento da área da segurança alimentar criando um departamento próprio de segurança alimentar e nutricional, tendo em vista a aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN. As ações serão efetuadas ao longo do exercício 2007-2008. Denise relembra que essas informações estão presentes no Relatório da Gestão por ano e por eixo de Proteção.

Na organização administrativa, os Núcleos serão transformados em departamentos e as coordenadorias em divisões. Teria-se então, um

departamento de Assistência Social, outro de Segurança Alimentar e Nutricional e outro de Trabalho, Emprego e Renda. Essas alterações foram indicadas pela Secretaria de Planejamento.

O departamento de Assistência Social seria responsável pela coordenação da Política Estadual de Assistência Social, através de seis divisões:

- *Divisão de Estudos de Assistência Social:* Responsável por assessorar técnica e politicamente o departamento de assistência social.
- *Divisão de Gestão da Proteção Social:* Responsável pela Proteção Social Básica e a Especial;
- *Divisão de Gestão de Benefícios Socioassistenciais e de Programas de Transferência de Renda:* Tratará basicamente, da segurança e autonomia da transferência de renda.
- *Divisão de Apoio às Instâncias do SUAS:* Ações de apoio técnico às instâncias do SUAS, e co-financiamento de suas iniciativas de aprimoramento da gestão, formação contínua, participação e mobilização popular.
- *Divisão de Gestão de Trabalho e Formação:* Responsável por implantar a NOBRH/SUAS na esfera estadual.
- *Divisão de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social:* Responsável por coordenar a proposta e execução orçamentária – financeira da função programática da assistência social.

No item referente à *Organização político-administrativa nas regionais*, Denise explica que no Pacto consta o mapa do Paraná com a divisão dos municípios que compõe cada um dos 18 Escritórios Regionais, que já demonstra a organização descentralizada da SETP.

Já nos *Objetivos e Prioridades Nacionais e Regionais*, a coordenadora afirma que inicialmente foi realizada uma apresentação sobre os itens por eixo de proteção e, em seguida, o quadro que possui o detalhamento da proposta.

No item sobre *Prestação de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus sistemas municipais de assistência social*, foi elencada

a proposta de realizações de supervisões integradas específicas por Escritório Regional e macro regionais, que deverão ser realizadas ao longo do ano de 2007, sendo duas em cada semestre e, por fim, o trabalho dos Escritórios Regionais junto aos municípios.

Outro item discutido foi sobre *Coordenação, Gerenciamento, Execução e co- financiamento de programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços*. Neste, apresenta-se uma listagem, para além das capacitações já previstas, que contempla as capacitações para as equipes dos CRAS; dos Serviços Especializados; monitoramento e controle do Programa Bolsa Família; Sistema do Cadastro Único; Erradicação do Trabalho Infantil; Rede de Combate à Violência; Sistema de Monitoramento e Avaliação dos níveis de habilitação dos municípios; Comunidades Indígenas; Comunidades Quilombolas e Benefícios Socioassistenciais. Além dessas há uma proposta de capacitação continuada em módulos aos conselheiros, que está prevista para o primeiro semestre de 2008.

Para o item sobre *Definição de processo de transição para municipalização da execução direta dos serviços de proteção social básica, contendo metas, responsáveis e prazos*, Denise diz que o estado do Paraná não realiza execução direta de serviços socioassistenciais de proteção social básica, ao contrário de alguns estados brasileiros. Ela explica que 81 municípios receberam do estado o co-financiamento para construção e para pagamento de equipe mínima para estruturação dos CRAS, o que está previsto na NOB, mas isso não significa que o estado preste estes serviços diretamente.

No item sobre *Gestão, Monitoramento e Avaliação do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual*, ela afirma que está previsto um instrumento a ser preenchido pelas instâncias de deliberação e pactuação, que propiciará um acompanhamento das ações propostas, dos prazos de execução, das dificuldades encontradas, do que foi realizado, dos desafios encontrados e quais foram os resultados.

A coordenadora da CIB explica que no item referente à **Proteção Social Básica** estão previstas três ações: a primeira refere-se ao *co-financiamento dos benefícios eventuais*, que tem como meta atingir os 399 municípios, partindo do levantamento informatizado das situações de vulnerabilidade e

risco social, dos índices de mortalidade e natalidade, e definição de critérios para concessão e de percentual de co-financiamento pactuados na CIB e deliberados no CEAS; a segunda ação diz respeito ao *co-financiamento para Manutenção, Implantação e Monitoramento dos CRAS*, tem como meta a manutenção do co-financiamento aos 22 municípios com índice crítico de pobreza e baixa capacidade de gestão, e a implantação e manutenção em 59 municípios com elevada proporção de famílias pobres; a terceira ação prevista é o *Co-financiamento dos Projetos de Inclusão Produtiva*, apresentados e aprovados pelo MDS, com as metas de implantação de 9 Minis Usinas Comunitárias de Óleo Vegetal, 01 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e 01 Oficina de Geração de Renda para Adolescentes egressos do Sistema de medidas sócio-educativas, com articulação entre SETP, IASP e UFPR.

Na **Proteção Social Especial** foram planejadas seis ações. A primeira refere-se ao *Co-Financiamento para Implantação, Manutenção e Monitoramento do CREAS*, tendo como meta a implantação de um CREAS. Está previsto para o ano de 2008 e os responsáveis são o SETP e o IASP. A segunda ação diz respeito à *Implantação, Manutenção e Monitoramento de Serviços de Referência Regional de Alta Complexidade em Unidades Sócio-Educativas para atendimento aos adolescentes em conflito com a lei*, através da construção de cinco unidades. A outra ação é o *Co-Financiamento para manutenção de Serviços de Referência Regional para a Pessoa Itinerante*.

A quarta ação refere-se ao *Co-Financiamento de Serviços da Proteção Social Especial*, e tem como meta a manutenção de seis abrigos de referência regional com atendimento institucional integral à criança, adolescente, idosos e pessoas com deficiência. A quinta ação diz respeito à *Construção de Casa de Semi Liberdade*, enquanto projeto piloto. A última ação prevista é a *Coordenação e co-financiamento do Programa Aprendiz*, que tem como meta atender adolescentes em conflito com a lei.

No **Aprimoramento da Gestão** foram indicadas 14 ações. A primeira refere-se à *realização de pesquisa sobre condições do atendimento em abrigos de longa permanência para idosos no Paraná*, foi iniciada no ano passado em articulação com o IPARDES e sua conclusão está prevista para o ano de 2007. A segunda ação refere-se à *realização de pesquisa da avaliação dos*

resultados do PETI, em todas as regiões, que atualmente já indica resultados sobre o perfil das crianças atendidas, e será seguido, da avaliação dos resultados.

A outra é a realização da *pesquisa sobre violência georeferenciada*, a ser desenvolvida em parceria com as universidades estaduais, para o levantamento do perfil do atendimento e cobertura nas regiões para subsidiar a estruturação da rede de atendimento. A quarta ação é com relação as Assembléias dos Fóruns Estaduais de Assistência Social e dos Direitos do Idoso, previstos para o ano de 2008. A próxima ação diz respeito à *Organização e Execução das Conferências Estaduais e Regionais de Assistência Social*, que será efetuada pela SETP e pelo CEAS, previstos para o ano de 2007. A sexta ação é sobre a *Organização e Execução das Conferências Estaduais e Regionais dos Direitos do Idoso*, que será organizado pela SETP e pelo CEDI, no ano de 2008. A outra é sobre a *Organização e Execução das Conferências Estaduais e Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente*, organizadas pelo SETP, IASP e CEDCA, previstos para este ano.

A oitava ação é sobre a participação nas *Conferências Nacionais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos do Idoso*, previstas para os anos de 2007 e 2008, respectivamente. O *Co-Financiamento dos Serviços Estaduais Especializados de Atenção a Vítimas de Violência* perfazem a meta de 11 serviços. A Ação Integrada de Combate à Erradicação do Trabalho Infantil, coordenada SETP e IASP, compreenderá os anos de 2007 e 2008. Ainda para os anos de 2007-2008, há previsão de realizações de dois encontros pelo Fórum do Idoso e da Assistência Social. Com relação à *Implantação e Alimentação do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação*, foi prevista a elaboração, instalação e alimentação dos subsistemas.

A ação posterior se refere ao *Apoio às Instâncias do SUAS*, como a Secretaria Executiva do CEAS, do CEDCA e do CEDI; Secretaria Técnica da CIB; Apoio aos Fóruns Estaduais do Idoso, dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social. Estão, ainda, previstas publicações de três Relatórios das Conferências Estaduais, três Relatórios de Pesquisa e dois

cadernos SUAS (Sistema de Informação e Estrutura e Funcionamento dos CRAS – volume 2).

Márcia Mazzarotto sugere que no Pacto deve estar previsto a existência de dois técnicos, de preferência equipe mínima de referência (assistente social e psicólogos), para as equipes dos Escritórios Regionais que tem o papel de assessorar a implantação e a implementação da política de assistência social nos municípios do Estado do Paraná, considerando as dificuldades atuais, em consequência da falta de recursos humanos.

Sugere também, o estabelecimento de uma proposta de piso para cofinanciamento dos serviços de maior complexidade, conforme previsto na LOAS e na NOB/SUAS.

Os membros da CIB sugerem convocar a presença do Secretário para a próxima reunião para discutir a execução do Pacto de Aprimoramento de Gestão.

Denise finaliza a apresentação e os membros da CIB aprovam o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual para o biênio 2007-2008.

Benefícios Eventuais:

Renata Mareziuzek dos Santos, membro da CIB representando a SETP, retoma a Resolução n.º 212/06 – CNAS, a qual indica que a SETP deveria realizar um levantamento dos dados sobre a concessão de benefícios eventuais nos municípios. Para tanto, explicou que o levantamento sobre os benefícios eventuais se constituiu um campo dentro do Relatório de Gestão, com prazo para preenchimento deste campo reduzido devido a necessidade de apresentação nesta reunião. No período de 19/03/2007 à 05/04/2007, o campo permaneceu aberto porém, em virtude da mudança da data da reunião da CIB, esse prazo foi estendido para 19 e 20 de abril para os municípios que não haviam preenchido. Ao final, seis municípios não preencherem esse campo, a saber: Adrianópolis, Itaipulândia, Itapejara do Oeste, Ortigueira, Pato Branco e Vitorino.

De acordo com Renata, o Setor de Informática e Informações - SII realizou uma sistematização dos dados e verificou que 181 municípios têm a concessão de auxílio natalidade e 365 municípios têm a concessão de auxílio

funeral. Foi elaborada uma tabela com indicadores de cada município que realiza a concessão desses benefícios, e essas informações foram cruzadas com outros dados, além da existência da regulamentação da concessão (lei, decreto, portaria e resolução).

Todos esses indicadores serão utilizados como critério na partilha para os benefícios eventuais, e será elaborado ranqueamento de todos os municípios que tem o benefício, a partir de indicadores prioritários: índice de pobreza IDH-M, investimentos próprios, índice de natalidade e mortalidade, nível de habilitação e porte populacional.

A coordenadora da CIB sugere uma articulação com o IPARDES para realizar o cruzamento de dados e gerar o ranqueamento dos municípios. Este material será analisado na reunião da Câmara Técnica, e será pautado na próxima reunião da CIB.

Denise relembra a pactuação na CIB, que à medida que houvesse o co-financiamento para outros serviços socioassistenciais que não fosse o CRAS, seria considerado o nível de habilitação, para que possamos estruturar o Sistema Municipal de Assistência Social. A coordenadora diz que o estado do Paraná foi o primeiro estado a realizar esse levantamento.

Márcia Mazzarotto explica que como critério de ranqueamento o governo do estado deve reconhecer as formas de investimentos dos municípios, rompendo assim a idéia de que apenas os municípios com baixo IDH-I recebem o co-financiamento.

Denise finaliza esse ponto da pauta questionando se há mais algum ponto à complementar, e afirma que os seis municípios que não preencheram os benefícios eventuais terão o campo aberto para que os mesmos finalizem, mas que fique registrada a pendência desses municípios neste momento.

Aprovação da Memória da Reunião da CIB de 27/02/2007:

A memória da reunião já havia sido repassada com antecedência aos membros, e não houve apontamentos para correção. Sendo assim, a memória foi aprovada por unanimidade.

Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos:

Kellen Cristina afirma que a partir do memorando n.º 001/07 – CIB, de 16 de janeiro de 2007, a Secretaria Técnica da CIB levaria às reuniões apenas os processos completos, caso contrário retorna-os para os Escritórios Regionais para complementação. Ela retoma que, até o momento, analisou oito processos de três Escritórios Regionais e todos foram retornados, porque os mesmos estavam incompletos. Repassa aos membros o quadro de acompanhamento para conhecimento:

Escritórios Regionais	Municípios	Memorando n.º	Enviado ao Escritório Regional em:
Umuarama	Tapira	009/07	06/03/07
Umuarama	Terra Roxa	010/07	06/03/07
Ponta Grossa	Carambeí	011/07	07/03/07
Ponta Grossa	Imbaú	012/07	07/03/07
Ponta Grossa	Telêmaco Borba	013/07	07/03/07
Ponta Grossa	Tibagi	014/07	07/03/07
Curitiba	Tijucas do Sul	020/07	24/04/07
Curitiba	Piraquara	020/07	24/04/07

Análise da defesa do processo de desabilitação do município de Salto do Itararé:

Denise retoma que o município de Salto do Itararé não preencheu o Demonstrativo Físico Financeiro do SUASWeb gerado pelo governo federal. A CIB foi notificada pela CIT que o município não havia preenchido o instrumento, e que por este motivo, deveria ser iniciado o procedimento de desabilitação. Como retratado nas reuniões anteriores da CIB, o processo foi instalado na SETP, a partir da solicitação fundamentada da CIT, seguido da comunicação ao município, que elaborou defesa alegando que havia preenchido o instrumento, e para comparação enviou cópia dos comprovantes de preenchimento. A CIB então enviou tais comprovantes para que a diretoria

responsável pelo SUASWeb analisasse a veracidade dos mesmos, tendo em vista que apenas o MDS poderá fazê-lo. Denise informou que até o momento, não foi enviada à CIB uma resposta oficial da CIT, mas que em contato com responsáveis pela análise, há indicativo de que caberá à CIB julgar o procedimento a ser adotado, a partir da análise realizada pelo MDS.

Aprovação da memória da Câmara Técnica de elaboração do manual/guia de orientação sobre o processo de habilitação municipal:

A Secretária Técnica da CIB apresenta a memória da reunião da Câmara Técnica para os participantes, e afirma que os representantes do COGEMAS, da SETP e do CEAS elaboraram esse material em conjunto.

Durante a Câmara Técnica, definiu-se que para facilitar o entendimento do material, a melhor estratégia seria a construção do mesmo de forma mais prática e didática. Para tanto, os participantes subdividiram-se em duplas para trabalhar os quatro grandes eixos que compõe a documentação comprobatória para a habilitação: financiamento, conselhos, proteção social e instrumentos de gestão, além de outros temas. Kellen também afirma que as duplas deveriam encaminhar esse material até o dia 16 de maio, mas pelo fato de todos estarem muito atarefados, esse prazo não foi o suficiente, e apenas na semana do dia 02 de maio que o material ficou completo, e pôde ser distribuído para os membros, para sugestões e correções.

Como encaminhamento, ela sugere que os participantes reúnam-se novamente para discussão, e que os membros presentes na reunião ordinária enviem sugestões e/ou alterações até o dia 11/05. A princípio, a data para a reunião da Câmara Técnica é dia 17/05.

Relatório de Gestão e Plano Municipal de Assistência Social, instrumentos de Gestão do Estado do Paraná:

Denise Colin afirma que a grande maioria dos municípios preencheu o Relatório de Gestão e o PMAS, porém alguns campos apresentaram equívocos de formatação no sistema e, por esta razão, o sistema será reaberto até o dia

16 de maio, para que os municípios finalizem o preenchimento dos campos que apresentaram problemas. Os campos que serão reabertos são: Conselhos Municipais; Recursos Humanos do Órgão Gestor; Quadro da Redes Socioassistenciais.

Na próxima reunião será apresentado o quadro com os campos prioritários para preenchimento e quais foram os municípios que não finalizaram, para pactuação dos encaminhamentos pertinentes na próxima reunião.

Informes:

Composição da CIB/PR:

Com relação à composição da CIB/PR, Márcia Mazzarotto conforme encaminhamento na reunião do dia 02/05/07 do COGEMAS-PR, indica Sandra Cristine Kloser Busnello, representante do município de Fazenda Rio Grande, para compor a Secretaria Técnica da CIB.

Kellen Cristina apresenta um documento, ainda não publicado, com a nova composição da CIB. Ela explica que o mesmo ainda não foi publicado pois houve alterações no quadro da SETP, com a saída da representante Débora R. Gioppo.

Capacitação aos técnicos dos Escritórios Regionais e municípios sobre o PETI (26 - 28 de março; 16 - 18 de maio):

Ironi do Rocio Vieira de Camargo, membro da CIB representando a SETP, diz que recebeu informações do MDS a respeito dos municípios com pendências, das mais diversas ordens com relação ao PETI e ao Programa Bolsa Família, e portanto, definiu-se como estratégia a focalização de capacitações junto aos Escritórios Regionais e municípios, sobre a integração PETI e do Bolsa Família. Ela expõe também que é difícil realizar as capacitações, porque as equipes dos municípios sempre são modificadas.

Carmem Cristina Zadra, membro da CIB representando a SETP, expõe as datas de 28 à 31 para a realização dessas capacitações de maio, em que

serão chamados 51 municípios que apresentam maiores dificuldades no cadastro.

Reuniões Macro Regionais: Londrina, Cascavel e Curitiba:

Ironi explica que a equipe das Coordenadorias do NUCLEAS realizaram três reuniões Macro Regionais, contemplando os 18 Escritórios Regionais, para discussão de temáticas de interesse dos mesmos, e também para aproximação da SETP sede com as unidades descentralizadas.

A reunião Macro Regional de Londrina reuniu 09 Escritórios Regionais, a de Cascavel 04 e a de Curitiba 05, todos com participação dos técnicos e os respectivos chefes dos Escritórios. Ironi afirma que até o momento, o relatório dessa atividade não foi finalizado, e assim que estiver, será repassado aos membros da CIB.

Ela complementa dizendo que a realização desses eventos fortaleceu a relação com os Escritórios Regionais. Kellen explica que durante as Macros, ela apresentou aos Escritórios Regionais o levantamento preliminar do processo de monitoramento e avaliação, e também esclareceu as principais dúvidas com relação à análise dos processos de habilitação, tendo em vista a necessidade de análise prévia dos mesmos antes do envio à Secretaria Técnica da CIB. Por fim, ela afirma que também foi comunicado aos técnicos e chefes a proposta de construção do manual sobre a habilitação municipal para facilitar o trabalho do escritório e dos municípios.

A próxima etapa constituir-se-à de supervisões integradas nas sedes dos respectivos Escritórios.

Reunião Descentralizada CNAS:

Denise Colin expõe que entre os dias 23 e 26 de abril em São Paulo, foi realizada reunião descentralizada do CNAS, e o principal tema debatido foi a discussão de diretrizes para a realização das conferências de assistência social. Para tanto, foi elaborado um instrumento dividido em duas partes: a primeira dizia respeito aos avanços e o que já foi conquistado; a segunda, sobre os serviços que precisam ser implantados. Além disso, ela retrata que

foram mantidas as etapas do co-financiamento municipal, regional e estadual, como também a definição dos números de sugestões por eixos que foram desmembrados.

Em paralelo, foi montado um grupo de trabalho para discutir a padronização do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação, composto por representantes do MDS, e Estados que possuem Sistema ou Sub-Sistemas.

Está também sendo agendado a realização de uma reunião com o Tribunal de Contas do Estado – TCE e a SETP para analisar a viabilidade de repasse fundo a fundo, das ações programáticas as SETP co-financiadas junto aos municípios.

Márcia Mazzarotto, solicita a coordenadora do NUCLEAS e da CIB, enviar pedido ao Tribunal de Contas da União, da revista “Orientações para Conselhos de Assistência Social” para todos os Municípios, visto que o mesmo possibilitará uma atuação mais efetiva, contribuindo, para a melhoria da gestão dos recursos públicos, fundamental para o atendimento das atividades e o cumprimento das funções do Estado de fortalecer a cidadania, e elevar a qualidade dos serviços prestados a população.

Outro acontecimento durante o evento foi a instalação do Fórum de Conselhos Estaduais de Assistência Social. Desde o ano passado, na reunião ampliada de São Luís, há uma mobilização de alguns conselhos estaduais de assistência social para a constituição de uma diretoria com representações por regiões do país. Como representação da região sul, foi indicado o estado do Rio Grande do Sul, que também é o Presidente do Fórum. A diretoria se reunirá para definição de pauta em comum.

Encerramento:

A coordenadora da CIB agradece a presença de todos e encerra a reunião, lembrando que a próxima reunião está agendada para o dia 26 de junho.